



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1 Aquisição de Ferramentas, Equipamentos e Materiais Diversos, com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SMLP da Prefeitura Municipal de Teresópolis, nos termos da tabela constante do ANEXO I deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A atual gestão identificou que não houve elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC) pela administração anterior, impossibilitando a inclusão formal desta contratação no referido instrumento de planejamento. Essa ausência, no entanto, não compromete a necessidade e a legitimidade da contratação, uma vez que o fornecimento a ser contratado está diretamente alinhado ao planejamento estratégico do município e à execução de políticas públicas voltadas à limpeza urbana.

2.1.2 A presente contratação faz-se necessária para atender às demandas contínuas da SMLP no que se refere à execução de atividades operacionais, de limpeza e capina, conservação e apoio técnico, que dependem diretamente da disponibilidade de ferramentas, equipamentos e materiais diversos em condições adequadas de uso. Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar são insumos essenciais para o funcionamento regular dos serviços públicos, sendo utilizados de forma recorrente pelas equipes operacionais.

2.1.3 O desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como o consumo frequente de determinados materiais, acarreta a redução dos estoques e a perda de eficiência dos recursos atualmente disponíveis. A inexistência ou insuficiência desses materiais compromete a execução das atividades institucionais, podendo resultar em atrasos, interrupções de serviços, aumento de custos operacionais e prejuízos à eficiência administrativa. Ademais, a manutenção de estoques mínimos adequados é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços, evitar contratações emergenciais e garantir o atendimento oportuno às demandas da população.





2.1.4 Dessa forma, a aquisição de Ferramentas, Equipamentos e Materiais Diversos apresenta-se como solução adequada e suficiente para o atendimento da demanda identificada, considerando o valor estimado, assegurando economicidade, eficiência e celeridade na realização das aquisições públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.1 A solução adotada consiste na aquisição, por meio de Pregão de acordo com o Inciso I do Art. 28 da Lei Federal 14.133/2021, preferencialmente na forma eletrônica, de ferramentas, equipamentos e materiais diversos, destinados a atender às demandas rotineiras de manutenção, conservação e pequenos reparos realizados pela Secretaria de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Teresópolis, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

3.1.2 Os produtos a serem adquiridos deverão atender a padrões de qualidade e desempenho compatíveis com o uso pretendido. Os requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira serão definidos oportunamente no Termo de Referência e no instrumento convocatório, observados os limites e critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

4.1.2 A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, sempre que aplicáveis ao objeto, em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º, inciso IV, e do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3 Considerando a natureza do objeto, deverão ser priorizados, quando possível, materiais e ferramentas que apresentem maior durabilidade, menor impacto ambiental, redução na geração de resíduos e possibilidade de reutilização ou reciclagem, sem prejuízo da eficiência e da economicidade da contratação.

4.1.4 Eventuais impactos ambientais decorrentes do fornecimento, armazenamento e uso dos materiais serão mitigados por meio do correto acondicionamento, manuseio adequado





e destinação ambientalmente apropriada de resíduos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.5 Não se vislumbra, para o objeto desta contratação, a necessidade de licenciamento ambiental específico ou de autorizações ambientais especiais, uma vez que se trata de fornecimento de bens comuns, sem impacto ambiental relevante.

Indicação de marcas ou modelos

4.1.6 Na presente contratação não se aplica a indicação de marcas na forma do art. 41, inc I da Lei 14.133/2021.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.1.6.1. Nenhuma marca ou produto será vedado de contratação.

Da exigência de amostra

4.1.7 Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar o atendimento integral às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, informa-se que não será exigida, como condição obrigatória, a apresentação de amostras físicas dos itens ofertados.

4.1.8 Contudo, poderá o agente de contratação, durante a fase de julgamento das propostas, especialmente para fins de análise de aceitabilidade e conformidade técnica, convocar os fornecedores para a apresentação de catálogos, folhetos técnicos, manuais do fabricante ou documentos equivalentes, que permitam a verificação adequada das características e especificações dos produtos ofertados.

4.1.9 A documentação deverá ser suficiente para demonstrar a compatibilidade do item com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência. A ausência de comprovação adequada ou a apresentação de documentação que não permita a verificação técnica dos itens poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Da exigência de carta de solidariedade

4.1.10 Não será exigida, nesta contratação, a apresentação de **carta de solidariedade emitida pelo fabricante** como condição para habilitação ou celebração contratual, ainda que o licitante classificado em primeiro lugar atue na qualidade de revendedor, distribuidor ou fornecedor.

4.1.11 A exigência de carta de solidariedade poderia representar **restrição indevida à competitividade**, especialmente em mercados nos quais os fabricantes não emitem tais documentos ou atuam por intermédio de múltiplos canais de distribuição. Ademais, a





eventual necessidade de substituição do item ou reparo durante a vigência contratual será de responsabilidade da contratada, independentemente de sua relação comercial com o fabricante.

Subcontratação

4.1.12 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.1.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados da emissão de ordem de fornecimento, em remessa única de cada pedido.

5.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Teresópolis, situado na Rua Margarino Torres, nº 400, Vale do Paraíso, Teresópolis, RJ, CEP 25.958-200, no período compreendido entre 9 horas e 16 horas, de 2ª a 6ª feiras, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Teresópolis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.1.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.1.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.1.8 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.1.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.1.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.1.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.





6.1.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.1.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.1.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.1.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.1.16 Cabe ao gestor do contrato:

6.1.17 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.1.18 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.1.19 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.1.20 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores





objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.1.21 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.1.22 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.1.23 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.1.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





7.1.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.1.1. Multa:

7.1.6 *Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente;*

7.1.7 *Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;*

7.1.8 *Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, caso excepcionalmente solicitadas;*

7.1.9 *Multa de 10% (dez por cento) pela recusa injustificada em retirar a ordem de compra/empenho ou recusa, também injustificada, em assinar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;*

7.1.10 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.1.11 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.1.12 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.1.13 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.1.14 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.1.15 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no





Processo nº 20017/2026

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.1.16 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.1.17 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.1.18 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.1.19 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.1.20 as peculiaridades do caso concreto;

7.1.21 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.1.22 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.1.23 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.1.24 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.1.25 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.1.26 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.





7.1.27 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





8.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.1.10 A contratada deverá formalizar o processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, devendo ser realizada a abertura de forma digital, através do link: <https://teresopolis.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, apresentando Originais do Empenho e Ordem de Compra, cópia do Contrato ou instrumento equivalente, inclusive de eventuais aditivos, documentação de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Nota Fiscal, e o RANFS quando necessário. Deverá ser realizado pagamento do protocolo geral, quando for o caso.

8.1.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do § único do Art. 5 Do Decreto Municipal 6.326 de 09 de dezembro de 2024.

8.1.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.1.13 o prazo de validade;

8.1.14 a data da emissão;

8.1.15 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.1.16 o período respectivo de execução do contrato;

8.1.17 o valor a pagar; e

8.1.18 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.19 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;





Processo nº 20017/2026

8.1.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.21 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.1.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.1.23 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Art. 131 do Decreto Municipal 6.103 de 15 de dezembro de 2023.

Forma de pagamento

8.1.24 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.1.25 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.1.26 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.1.27 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.1.28 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.1.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.





9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM, mediante análise das propostas obtidas em pesquisa de preços.

Forma de fornecimento

9.1.2 O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.1.3 O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

Valores unitários: conforme planilha de composição de preços elaborada pelo Departamento de Licitação a partir da pesquisa de mercado que instrui o processo administrativo.

Exigências de habilitação

9.1.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.1.5 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento de seu administrador, ou;

9.1.6 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de seus administradores, ou;

9.1.7 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, acompanhado de documentos de seus administradores ou;

9.1.8 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.9 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a





cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.10 Não será admitida participação de cooperativas de trabalho.

9.1.10.1. A vedação à participação de cooperativas de trabalho justifica-se pelas características do objeto, que exigem responsabilidade direta da contratada pelo fornecimento e pelas obrigações contratuais assumidas. A medida busca assegurar a adequada execução contratual, reduzir riscos operacionais e garantir maior segurança jurídica à Administração, em observância aos princípios da eficiência e do interesse público.

9.1.11 Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

9.1.12 A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA SERÁ AFERIDA MEDIANTE A VERIFICAÇÃO DOS SEGUINTE REQUISITOS:

9.1.13 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.14 A inscrição no cadastro municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.15 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

9.1.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

9.1.17 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

9.1.18 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;





Processo nº 20017/2026

9.1.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

9.1.20 Em se tratando de Empresas de Pequeno Porte que desejarem fazer jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Capítulo 5, deverão juntamente com os documentos de habilitação, apresentar documento oficial que comprove essa condição. (Art. 3º da LC 123/2006);

9.1.21 Entende-se por documento oficial: Declaração de Enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial; Declaração emitida pela Receita Federal; dentre outros;

9.1.22 O licitante acima identificado que não comprovar através de documento oficial, sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não usufruirá do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.1.23 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.1.24 OS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA A SEREM ATENDIDOS PELO FORNECEDOR:

9.1.25 Apresentar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

9.1.26 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$





9.1.27 Em substituição ao item anterior, a empresa poderá apresentar comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos lotes/itens em que a licitante apresentar proposta, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

9.1.28 Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

9.1.29 Certidão Negativa de Falências ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

9.1.30 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.1.31 A motivação intrínseca à necessidade de apresentação de qualificação econômico-financeira:

9.1.31.1. A exigência de qualificação econômico-financeira no procedimento licitatório constitui providência indispensável à salvaguarda do interesse público, garantindo o regular desenvolvimento do certame e, especialmente, a efetividade e a sustentabilidade da execução contratual. Essa etapa habilitatória tem por escopo precípua assegurar que os licitantes detenham condições econômico-financeiras adequadas para assumir os encargos decorrentes da contratação, de modo a evitar riscos de inadimplência, interrupção ou inexecução parcial dos serviços, o que poderia ocasionar prejuízos relevantes à Administração Pública e à coletividade.

9.1.31.2. A comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes visa a demonstrar a aptidão das empresas concorrentes para custear todos os encargos inerentes ao contrato, sendo exigidos, para tanto, documentos objetivos – a exemplo do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente subscritos por profissional habilitado –, bem como certidões negativas de falência/concordata, nos exatos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Referida exigência não objetiva somente conferir formal regularidade ao procedimento, mas, sobretudo, selecionar fornecedores solventes e financeiramente estáveis, aptos a assumir compromissos perante o erário sem riscos potenciais à continuidade ou à qualidade da prestação dos serviços.





9.1.31.3. Adicionalmente, a aplicação de critérios objetivos – tais como índices contábeis de liquidez corrente e geral, patrimônio líquido, entre outros estipulados no edital –, deve pautar-se pela proporcionalidade e adequação, para que a Administração apenas restrinja a competição na medida estritamente necessária à garantia do adimplemento contratual e à proteção do interesse público. Observa-se, ainda, que os parâmetros para aferição da qualificação econômico-financeira encontram-se taxativamente fixados pela legislação, competindo à Administração justificar tecnicamente eventuais exigências mais restritivas, sob pena de incorrer em restrição indevida à competitividade.

9.1.31.4. O art. 68 da Lei nº 14.133/2021 atribui à Administração a possibilidade de exigir demonstração de capacidade econômico-financeira, desde que de forma proporcional e compatível com o objeto licitado. Tais requisitos funcionam como filtro preventivo, mitigando riscos contratuais e elevando o grau de segurança jurídica e transparência do certame, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público que norteiam as contratações públicas.

9.1.31.5. Nesse contexto, a correta exigência e verificação da qualificação econômico-financeira não apenas fortalece a responsabilidade administrativa na seleção de fornecedores capacitados, como também reduz a ocorrência de sinistros que comprometeriam o erário e o atendimento das necessidades públicas, além de promover o equilíbrio entre proteção do interesse público e observância do direito à liberdade de iniciativa e à competitividade no certame licitatório.

9.2. OS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA A SEREM ATENDIDOS PELO FORNECEDOR SERÃO:

9.2.1 Deverá ser apresentado no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu os materiais constantes neste Termo de Referência,

Disposições gerais sobre habilitação

9.2.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.3 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.





9.2.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.2.5 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2.6 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. De acordo com a estimativa elaborada pelo Departamento de Licitação, o custo total estimado da contratação é de R\$ 54.974,33 (cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), conforme Planilha Estimativa (ANEXO I). Ressalta-se que a referida estimativa foi elaborada pelo setor competente para realização de pesquisa de preços e formação do orçamento estimado, utilizando como parâmetro o sistema Banco de Preços, ferramenta amplamente utilizada pela Administração Pública para composição de custos de contratações correlatas.

10.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados oriundo do orçamento da(s) Secretaria Municipal de Limpeza Pública.

10.2.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Reduzido	Programática	Fonte	Descrição
955	3.3.90.30.00.704	001	MATERIAL DE CONSUMO
959	4.4.90.52.00.704	001	MATERIAL PERMANENTE

10.2.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.2. Quando não for possível a verificação da regularidade por meio de sistema eletrônico, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o prazo fixado pela Administração após o fornecimento dos materiais, os seguintes documentos:

11.2.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.2.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.2.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.2.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

11.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.2.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.2.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas.

11.2.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores





futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.9 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO (CONTRATANTE)

12.1. Compete à contratante:

12.1.1 Fornecer a contratada todas as informações necessárias para a entrega dos materiais, com esclarecimento de eventuais dúvidas.

12.1.2 Permitir o livre acesso dos funcionários da contratada para a entrega dos materiais.

12.1.3 Efetuar o pagamento, nos prazos e condições definidos no edital e seus anexos.

12.1.4 Emitir a(s) respectiva(s) nota(s) de empenho(s) e ordens de fornecimento.

12.1.5 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do objeto e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

12.1.6 Emitir o atesto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.

12.1.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) que a pessoa jurídica vencedora fornecer fora da(s) especificação(ões).

12.1.8 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços contratados.

12.1.9 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2. O contrato celebrado em decorrência do Pregão está sujeito às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.





Processo nº 20017/2026

13.3. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, a celebração do contrato se dará por meio de EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO e DE TERMO DE CONTRATO.

13.4. Em caso de celebração formal de contrato, o adjudicatário terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

13.5. A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO será comunicada ao adjudicatário, exclusivamente por meio do endereço eletrônico (e-mail) disponibilizado em sua proposta, ou mediante a assinatura do termo de contrato, em sendo esse o caso

13.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos, nas condições previamente estabelecidas.

13.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.

14. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

14.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

14.1.1 Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

14.1.2 Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021;

14.1.3 Fiscalizar lhe a execução;

14.1.4 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. A extinção do contrato poderá ser:

15.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;





15.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, bem como pelo sistema de descredenciamento, desde que haja interesse da Administração;

15.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.1.4 Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I à IX do artigo 137 Lei Federal n. 14.133/2021, observadas as exigências legais.

15.1.5 O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas nos incisos I à V do § 2º do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

15.1.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.1.7 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

15.1.8 Devolução da garantia;

15.1.9 Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

15.1.10 Pagamento do custo da desmobilização.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência da contratação poderá ser de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no Termo de Autorização de fornecimento a ser emitido pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Teresópolis, após a formalização do contrato e da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

16.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





Processo nº 20017/2026

17.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Termo de Referência e do correspondente instrumento de contratação, a Prefeitura Municipal de Teresópolis RJ, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à CONTRATADA, conforme o caso, às penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

18.1.2 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo de aquisição.

18.1.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.

18.1.4 O foro do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

19. ANEXOS

19.1. Anexo I - Planilha estimativa.

Teresópolis, 22 de maio de 2026.

Nos termos da Lei 14.133/2021, APROVO o Termo de Referência e AUTORIZO a realização da Contratação.





PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA

Processo nº 20017/2026

CHARLES MACHADO
Secretário Municipal de Limpeza Pública
Matrícula 1.07676-1



Prefeitura Municipal de Teresópolis
Secretaria Municipal de Limpeza Pública

Assinado por 1 pessoa: CHARLES MACHADO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://teresopolis.flowdocs.com.br/public/assinaturas/427D6B11A26445AFB05225621247B618>





ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - PROCESSO Nº 20017/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
DIVERSOS						
1	FIO DE NYLON 3.0 MM QUADRADO, CAIXA COM 2 KG	CAIXA	40	R\$ 173,98	R\$ 6.959,20	CONSUMO
2	LÂMINA PARA ROÇADEIRA 350 MM X 2,7 MM X FURO 20MM	UNI	30	R\$ 43,31	R\$ 1.299,30	CONSUMO
3	LÂMINA PARA ROÇADEIRA 350 MM X 2,7 MM X FURO 25,4MM	UNI	50	R\$ 41,16	R\$ 2.058,00	CONSUMO
4	TELA DE PROTEÇÃO LATERAL (TAPUME) EM POLIETILENO VERDE 2 METROS X 50 METROS	ROLO	1	R\$ 237,20	R\$ 237,20	CONSUMO
5	CINTO PARA ROÇADEIRA DUPLO OMBRO COM AJUSTE UNIVERSAL, ALMOFADADO E DESIGN ERGONÔMICO.	UNI	20	R\$ 32,66	R\$ 653,20	CONSUMO
EQUIPAMENTOS						
6	ROÇADEIRA A COMBUSTÃO COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA (KW/CV): 2,2 ; CILINDRADA (CM³): 43; LÂMINA DE 3 FACAS, Ø 300 MM, PESO MÁXIMO: 9 KG, DIAMETRO FERRAMENTA DE CORTE (MM) 420; EIXO DE TRANSMISSÃO NA HASTE RÍGIDO, COMPRIMENTO TOTAL S/ FERRAMENTA DE CORTE (CM) 185; CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L): 0,75.	UNI	8	R\$ 2.015,41	R\$ 16.123,28	PERMANENTE



7	SOPRADOR COSTAL COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VELOCIDADE MÉDIA DE SOPRADO: 288 KM/H, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L) 1.5 CILINDRADA (CM³) 56.5 PESO (KG) 9.1 POTÊNCIA (KW/CV) 2.6/3.54 PRESSÃO SONORA DB(A) 101 VELOCIDADE MÁX. DO AR (M/S) 78 VOLUME DE AR MÁXIMO COM TUBEIRA (M³/H) 1,260 POTÊNCIA SONORA DB(A) 108 VAZÃO MÁX. DE AR (M³/H) 1,260 ROT. MÁX (RPM) 7,250 ROT. LENTA (RPM) 3,100 FORÇA DE SOPRO (N) 19 NÍVEL DE POTÊNCIA SONORA DB(A) 109 VALOR DE VIBRAÇÃO, DIREITO M/S² 1.9	UNI	2	R\$ 946,21	R\$ 1.892,42	PERMANENTE
FERRAMENTAS						
8	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA 1,50 METROS 150CM C/ CORTE CUNHA	UNI	20	R\$ 26,26	R\$ 525,20	CONSUMO
9	CARRINHO DE MÃO EM AÇO CARBONO PNEU E CÂMARA CHAPA 26MM 45L	UNI	10	R\$ 233,85	R\$ 2.338,50	PERMANENTE
10	CARRINHO DE VARRIÇÃO COM 120 LITROS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU POLIPROPILENO (PP), RODAS DE BORRACHA C/ 200MM DE DIÂMETRO E EIXO REFORÇADO.	UNI	10	R\$ 326,79	R\$ 3.267,90	PERMANENTE
11	ENXADA METALICA LARGA 254 25 OLHO 38 MM CABO MADEIRA 145 CM	UNI	20	R\$ 73,87	R\$ 1.477,40	PERMANENTE
12	ENXADÃO LARGO 2.5, CABO DE MADEIRA 130 CM	UNI	10	R\$ 81,48	R\$ 814,80	PERMANENTE





13	FACÃO MATO 12 POLEGADAS AÇO CARBONO CABO PLÁSTICO	UNI	10	R\$ 27,58	R\$ 275,80	CONSUMO
14	FOICE COM AS SEGUINTE MEDIDAS: COMPRIMENTO DO ENCAIXE DO CABO: 10CM, COMPRIMENTO DA FOICE: 26CM, MEDIDA DO OLHO DA FOICE: 4CM, SEM CABO FERRAMENTA PARA JARDINAGEM.	UNI	10	R\$ 36,32	R\$ 363,20	PERMANENTE
15	GARFO / FORCADO RETO 4 DENTES COM CABO 1,20M, DIMENSÕES APROXIMADAS: CABEÇA (AXL): 27 X 17 CM, COMPRIMENTO DO CABO: 1,20 M, DIÂMETRO DO CABO: Ø3,8 CM, COMPRIMENTO TOTAL: 1,46 M, PESO: 1,750 KG.COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO / MADEIRA	UNI	10	R\$ 60,39	R\$ 603,90	PERMANENTE
16	MACHADO EM AÇO CARBONO COM CABO DE MADEIRA 3,2X50,3CM	UNI	2	R\$ 94,91	R\$ 189,82	PERMANENTE
17	PÁ QUADRADA FABRICADA EM AÇO CARBONO COM CABO DE MADEIRA 71 CM MEDIDAS: 24 / 25CM DE LARGURA POR 28 / 29 CM DE COMPRIMENTO	UNI.	20	R\$ 42,32	R\$ 846,40	PERMANENTE
18	TESOURA ALICATE DE PODA PARA JARDINAGEM , CABO EMBORRACHADO, LÂMINA DE AÇO.	UNI	10	R\$ 36,79	R\$ 367,90	CONSUMO
19	TESOURÃO PARA PODA 12" COM CABO DE MADEIRA	UNI	2	R\$ 68,75	R\$ 137,50	CONSUMO
LIMPEZA						
20	SACO DE LIXO 200 LITROS REFORÇADO PCT. COM 100 UNID.	PACOTE	40	R\$ 87,20	R\$ 3.488,00	CONSUMO
21	SACO DE LIXO 50 LITROS REFORÇADO PCT. COM 100 UNID.	PACOTE	2	R\$ 55,29	R\$ 110,58	CONSUMO



22	VASSOURA GARI PIACAÇA 60CM COM CABO DE 1,5 M DE MADEIRA CENTRALIZADO NA CABEÇA DA VASSOURA	UNI	60	R\$ 75,59	R\$ 4.535,40	CONSUMO
PEÇAS						
23	CARRETEL CABEÇOTE DE NYLON NORMAL 25 FLH N PARA ROÇADEIRA	UNI	50	R\$ 52,70	R\$ 2.635,00	CONSUMO
24	EIXO CARDÃ 153 CM 9 ESTRIAS 8 MM COMPATÍVEL ROÇADEIRA 26 A 62 CC	UNI	5	R\$ 96,25	R\$ 481,25	CONSUMO
25	EMBREAGEM COMPLETA PARA ROÇADEIRA 8 VOLTAS 33 / 43 CC	UNI	20	R\$ 53,69	R\$ 1.073,80	CONSUMO
26	TAMBOR DE EMBREAGEM ROÇADEIRA 28MM 9 ESTRIAS ALTURA E LARGURA: 9,5CM X 8CM	UNI	4	R\$ 65,47	R\$ 261,88	CONSUMO
27	TAMPA DE PARTIDA NYLON COMPLETA PARA ROÇADEIRA A GASOLINA COMPATÍVEL MODELO REDONDO OU QUADRADO	UNI	5	R\$ 54,26	R\$ 271,30	CONSUMO
28	TRANSMISSÃO ROÇADEIRA 7D 26 MM	UNI	10	R\$ 84,46	R\$ 844,60	CONSUMO
29	VELA GRANDE PARA ROÇADEIRA 2TT BRANCA	UNI	20	R\$ 42,08	R\$ 841,60	CONSUMO
				TOTAL GERAL	R\$ 54.974,33	



MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS

AVENIDA FELICIANO SODRE, Nº 675 - VARZEA - CNPJ: 29.138.369/0001-47

TERESOPOLIS/RJ - CEP 25.963-083

FONE: (21) 2742-3352



CÓDIGO DE ACESSO

427D6B11A26445AFB05225621247B618

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://teresopolis.flowdocs.com.br/public/assinaturas/427D6B11A26445AFB05225621247B618>